

VÉRA LUCIA MACIEL BARROSO • FRANCISCO RIBEIRO DA SILVA • RUTE PARDAL  
MARIA MARTA LOBO DE ARAÚJO • MARIA DE FÁTIMA REIS • MARIA ANTÓNIA  
LOPES • JORGE FERNANDES ALVES • ALEXANDRA ESTEVES • ANA MARIA  
CORREIA • JOSÉ ABÍLIO COELHO • CARLOS VALÉRIO • CLARA DA COSTA OLIVEIRA

# As Misericórdias: desafios e trajetórias no tempo longo da História

MARIA MARTA LOBO DE ARAÚJO  
BERNARDO REIS  
CARLOS VALÉRIO  
MARIA DE FÁTIMA REIS  
(*coords.*)



BRAGA . 2020

## FICHA TÉCNICA

Título	<b>As Misericórdias: desafios e trajetórias no tempo longo da História</b>
Autor	Vários
Coordenação	Maria Marta Lobo de Araújo · Bernardo Reis Carlos Valério · Maria de Fátima Reis
Edição	Santa Casa da Misericórdia de Braga
Tiragem	250 exemplares
Data de saída	Outubro de 2020
Capa	“Obras de Misericórdia” - 1 ( <i>cortesia</i> : Biblioteca Nacional de Portugal)
Impressão e acabamento	Graficamares, Lda. R. Parque Industrial Monte Rabadas, 10 4720-608 Prozelos - Amares
Depósito legal	474848/20
ISBN	978-989-54921-0-7



# As doações ao hospital da Misericórdia de Braga no século XVII

MARIA MARTA LOBO DE ARAÚJO\*

## Introdução

O volume de trabalhos sobre as Misericórdias conheceu nas últimas três décadas um crescimento sem precedentes. O interesse que estas confrarias têm suscitado em novos investigadores é também digno de realce. Este esforço de investigação possibilita um conhecimento mais profundo e diversificado destas instituições, mormente existirem ainda, na minha opinião, campos de investigação a descoberto, que continuam a acalentar quem as têm como alvo preferencial de estudo.

Os trabalhos produzidos têm relacionado a instituição de legados com o seu crescimento e o reforço de algumas obras de misericórdia, tendo em algumas delas ocorrido, em volume expressivo, na segunda metade do século XVI<sup>1</sup>, outras no século XVII<sup>2</sup>

---

\* Docente do Departamento de História da Universidade do Minho/ Lab2PT.  
E-mail: martalobo@ics.uminho.pt

<sup>1</sup> Araújo, Maria Marta Lobo de, *Dar aos pobres e emprestar a Deus: as Misericórdias de Vila Viçosa e Ponte de Lima (séculos XVI-XVIII)*, Barcelos, Santa Casa da Misericórdia de Vila Viçosa; Santa Casa da Misericórdia de Ponte de Lima, 2000, pp. 143-144.

<sup>2</sup> Barreira, Manuel, *Santa Casa da Misericórdia de Aveiro – poder, pobreza e solidariedade*, Aveiro, Santa Casa da Misericórdia de Aveiro, 1998, p. 95; Costa, Américo

e ainda outras no seguinte<sup>3</sup>. Embora seja inegável o contributo dos legados para o desenvolvimento das práticas caritativas, as doações, pelo impacto que tiveram, também não podem ser esquecidas e carecem de ser estudadas.

Neste trabalho propomo-nos analisar a importância e o significado das doações feitas à Misericórdia de Braga no século XVII, tendo como alvo preferencial o hospital de São Marcos. Recorreremos ao arquivo desta instituição, tentando compreender as doações feitas, o desenvolvimento material e espiritual proporcionado ao hospital e os dividendos que os benfeitores procuravam alcançar com essas ações. Cruzaremos essa informação com outra custodiada em outros fundos e arquivos, tentando investigar o perfil social dos benfeitores e conhecer as motivações que suportaram estas doações.

## **A Misericórdia de Braga e o hospital de São Marcos**

Fundada pelo arcebispo D. Diogo de Sousa (1505-1532) provavelmente em 1513, a Misericórdia de Braga ficou inicialmente instalada na capela do Jesus da Misericórdia da Sé e foi muito

---

Fernando da Silva, *A Santa Casa da Misericórdia de Guimarães 1650-1800 (Caridade e assistência no meio vimezanense dos séculos XVII e XVIII)*, Guimarães, Santa Casa da Misericórdia de Guimarães, 1999, p. 84; Abreu, Laurinda, *Memórias da alma e do corpo. A Misericórdia de Setúbal na Modernidade*, Viseu, Palimage Editores, 1999, p. 95; Sousa, Maria das Dores Pereira, *Entre ricos e pobres: a actuação da Misericórdia de Ponte da Barca (1630-1800)*, Braga, Santa Casa da Misericórdia de Ponte da Barca, 2008, p. 110; Pinto, Sara, *Santa Casa da Misericórdia de Caminha. 500 Anos*, Caminha, Santa Casa da Misericórdia de Caminha, 2015, p. 37; Ramos, Maria Odete Neto, *A gestão dos bens dos mortos na Misericórdia de Arcos de Valdevez: caridade e espiritualidade (séculos XVII-XVIII)*, Arcos de Valdevez, Santa Casa da Misericórdia dos Arcos de Valdevez, 2015, p. 213.

<sup>3</sup> Amorim, Inês; Costa, Patrícia, “Património e Economia da Salvação”, in Amorim, Inês (coord.), *Sob o manto da Misericórdia. Contributos para a História da Santa Casa da Misericórdia do Porto 1668-1820*, vol. II, Coimbra, Almedina, 2017, pp. 167-168.

acarinhada por este prelado<sup>4</sup>, com benefícios que lhe fez em vida e na morte<sup>5</sup>. Esta capela foi mandada erigir pelo arcebispo para seu mausoléu, dos seus familiares e de outras dignidades eclesiásticas da igreja bracarense. À semelhança das restantes, nas primeiras décadas, a confraria viveu com algumas dificuldades, tendo como principais receitas as esmolas, provenientes de peditórios, as quotas de ingresso, o pagamento de indulgências e o investimento feito por alguns arcebispos, designadamente por frei Baltasar Limpo (1550-1558), que teve uma ação fundamental na alteração de percurso desta instituição<sup>6</sup>. A ele se deve a saída da Misericórdia da citada capela para complexo próprio, constituído pela igreja e consistório, projeto que levará avante no final da sua prelatura e que se tornou decisivo para alavancar a instituição. Estava em causa a edificação de uma sede com igreja particular onde se pudesse proceder a enterramentos, forma de aquisição de receitas, mas também de visibilidade pública. Nesta decisão, o arcebispo envolveu outros poderes locais, nomeadamente a Câmara, corresponsabilizando as elites da cidade pela nova fase da Misericórdia, o que parece ter sido um facto pouco corrente. Os estudos têm demonstrado que essas decisões eram normalmente tomadas em sede da instituição e ficavam dentro dos muros dela. Os novos horizontes da Santa Casa passaram também pela integração do hospital de São Marcos na confraria, o que acontecerá em 1559, já na prelatura de D. frei Bartolomeu dos Mártires (1559-1582). O hospital foi fundado pelo arcebispo D. Diogo de Sousa em 1508,

---

<sup>4</sup> Paiva, José Pedro, “O arcebispo D. Diogo de Sousa e a Misericórdia de Braga”, in *500 Anos de História das Misericórdias. Atas do Congresso Internacional*, Braga, Santa Casa da Misericórdia de Braga, 2014, pp. 79-88.

<sup>5</sup> Sobre o seu testamento e os legados instituídos na Misericórdia consulte-se Araújo, Maria Marta Lobo de, “Das origens ao Liberalismo”, in Capela, José Viriato; Araújo, Maria Marta Lobo de, *A Santa Casa da Misericórdia de Braga 1513-2013*, Braga, Santa Casa da Misericórdia de Braga, 2013, pp. 19-24.

<sup>6</sup> Sublinhe-se, no entanto, que outros prelados ocuparam um lugar de relevo no apoio conferido a esta confraria.

ano em que também o dotou de regimento e o entregou à Câmara Municipal para o administrar. Este hospital nasceu da reforma assistencial que o arcebispo levou a cabo na cidade, seguindo o que estava a acontecer na Europa. O crescimento do número de pobres, a falta de irmãos nas várias instituições de assistência existentes, a desadequação destas às necessidades da época e a carência de financiamento impuseram uma reforma neste setor, o que veio a acontecer em várias localidades<sup>7</sup>. Em Portugal essa reforma iniciou-se no setor hospitalar durante o século XV com a dinastia de Avis, passou pela fundação das Misericórdias, com a instituição da de Lisboa em 1498, também pela publicação em 1504 do “Regimento das capelas, hospitais e albergarias e confrarias da cidade de Lisboa” e terminou com a publicação do “Regimento de como os contadores das comarcas hão-de prover sobre as capelas, hospitais, albergarias e confrarias, gafarias, obras, terças e residios”, em 1514<sup>8</sup>.

Em Braga, D. Diogo de Sousa decidiu extinguir o hospital da rua Nova, instituição medieval e de receção de peregrinos, por se encontrar carente de rendas, sem instalações adequadas, com falta de assistentes e sem regimento. Encerrou também a gafaria localizada junto à ermida de São Lourenço, extramuros de Braga, por estar com rendas diminutas e com poucos lázaros, transferindo-a para a cidade. Aos rendimentos destas duas instituições agregou os das confrarias de Rocamador e do Corpo de Deus, também extintas por sua ordem, por se encontrarem moribundas e fundou o hospital de São Marcos<sup>9</sup>. Com as receitas destas instituições, robusteceu as do

---

<sup>7</sup> Freitas, Senna de, *Memórias de Braga*, tomo II, Braga, Imprensa Católica, 1890, pp. 181-183.

<sup>8</sup> Rosa, Maria de Lurdes, “O Estado manuelino: a reforma de capelas, hospitais, albergarias e confrarias”, in Curto, Ramada (dir.), *O Tempo de Vasco da Gama*, Lisboa, Difel, 1998, pp. 205-210.

<sup>9</sup> Castro, Maria de Fátima, *A Misericórdia de Braga. A assistência no hospital de São Marcos*, vol. IV, Braga, Santa Casa da Misericórdia de Braga, 2008, pp. 37-40.

novo hospital, possibilitando-lhe viver com rendimentos próprios, na altura suficientes, mas a curto prazo tidos como muito limitados.

Para São Marcos foram transferidos os legados que as instituições assinaladas cumpriam e a tarefa de agasalhar peregrinos e passageiros, mas em nosso entender não era um hospital de peregrinos. Infelizmente, esta instituição não preserva livros de doentes para o século XVI e conserva somente uma lista de enfermos para 1568 onde se constata a presença de doentes, de uma criada e de um físico para os tratar<sup>10</sup>. Sublinhe-se, contudo, que durante toda a Idade Moderna continuou a receber peregrinos e passageiros, em local apropriado, situado junto à “porta do carro”, principal entrada da instituição, separado dos internados, como acontecia em vários hospitais portugueses após o surgimento dos novos hospitais. Esta realidade decorre da sua fundação e dos rendimentos que lhe foram alocadas pelo arcebispo.

Para além de rendas próprias, o hospital foi, então, entregue à Câmara e, por posteriormente ter sido considerado mal governado, transitou para a administração da Santa Casa na data anteriormente assinalada. A colocação do Município na gestão do hospital dá força à tese de inexistência da Santa Casa na data registada. A falta de fontes sequenciais de livros de registo de doentes não facilita um conhecimento profundo da instituição durante todo o século XVII, mas as existentes e os livros de atas permitem perceber o aumento de procura de doentes e a falta de verbas para solucionar os problemas financeiros. Durante toda a centúria, mas de forma mais profundamente em meados de seiscentos, a instituição sofreu de forma aguda de falta de verbas para cobrir as despesas. Os pedidos anuais dos provedores do hospital à Mesa da Santa Casa para reforçar as receitas são demonstrativos das carências existentes. Neles, assume-se a dificuldade na cobrança das rendas e o aumento de doentes e de despesas. Assiste-se igualmente a uma degradação do edifício e à necessidade

---

<sup>10</sup> Até à atualidade, a historiografia tem demonstrado a falta de registo de passageiros e peregrinos que eram acolhidos nos hospitais.

de obras de remodelação. O período era de carestia, agravada com anos de maus anos agrícolas, de subida de preços dos cereais e de aumento de impostos. As décadas de 20 e 30 registam uma escalada no volume de impostos, imposta pela política de Olivares e que resultou numa vaga de levantamentos populares sem precedentes<sup>11</sup>. Após a Restauração, a situação não melhorou, bem pelo contrário, pois o esforço financeiro e humano solicitado a todos não parou de crescer<sup>12</sup>. A guerra obrigou a muitas privações e o hospital continuou a necessitar da Misericórdia para pagar as despesas, nomeadamente as provenientes da cura do gálico, que apresentava índices elevados. Foi precisamente nos anos da guerra que a situação financeira do hospital se agravou. Os provedores do hospital radiografavam anualmente a situação procurando sensibilizar a Mesa a disponibilizar receitas para São Marcos. A instituição foi confrontada com despesas acrescidas num setor que não parava de crescer. São Marcos recebia portadores desta doença de toda a diocese de Braga, por não existir outro hospital que tratasse esses enfermos. A extensa área geográfica, o elevado contágio e a falta de cura faziam com que a instituição fosse muito procurada nos períodos em que abria para proceder a tratamento. Dadas as particularidades da doença e a forma de a tratar, os hospitais que tinham essa tarefa abriam em dois períodos do ano: primavera e outono, de maneira a beneficiar o tratamento. Mas em São Marcos houve períodos em que foi necessário abrir “várias curas” em cada período para responder à procura deste serviço. Este setor era normalmente o invocado para justificar o deslizamento das despesas e a necessidade de mais dinheiro.

---

<sup>11</sup> Oliveira, António de, *Capítulos de História de Portugal*, vol. III, Viseu, Palimage Editora, 2015, pp. 1401-1438.

<sup>12</sup> Magalhães, Joaquim Romero de, “Dinheiro para guerra: as décimas da Restauração”, in *Hispania*, LXIV (1), 2004, pp. 157-182; Hespânia, António Manuel, “As finanças da Guerra”, in Barata, Manuel Themudo; Teixeira, Nuno Severiano (dirs.), *Nova História Militar*, vol. 2, Lisboa, Círculo de Leitores, 2004, pp. 176-186.

A situação do hospital não passava despercebida a ninguém e muito menos aos enfermos e a quem nele trabalhava. Nas devassas, alguns assalariados descrevem as más condições do edifício e chamam a atenção para a falta de bens materiais. Os próprios irmãos da Misericórdia tornaram-se seus benfeitores, não somente por serem seus profundos conhecedores, mas também pelos benefícios proporcionados pela prática da caridade.

Neste trabalho daremos visibilidade à ação de um casal de benfeitores e de um clérigo, por constituírem as mais importantes doações de seiscentos, mas esta instituição recebeu outras ao longo da Idade Moderna, sublinhando o significado atingido por esta modalidade de assistência. São dois homens que conhecem bem o hospital: um por ter sido seu tesoureiro e outro seu provedor.

### **As doações e os doadores**

Uma doação é um ato praticado entre pessoas vivas, determinado a um fim concreto, mediante a entrega de uma certa quantia em dinheiro ou de bens. Significava proceder a uma escritura notarial entre as partes envolvidas, estipulando as condições em que esta era efetuada. Normalmente, envolvia várias pessoas: o tabelião, as partes e as testemunhas. A doação destinava-se ao cumprimento de um objetivo, podia ser efetuada em espécie ou dizer respeito à transferência de escrituras de dinheiro, envolvendo uma terceira parte que ficava a partir do momento ligada ao novo possuidor do montante que andava a juro. A escolha da modalidade de entrega do capital ficava ao critério do benfeitor, tendo sempre de ser aprovada pela parte recetora. Mas podia também envolver bens<sup>13</sup>.

---

<sup>13</sup> Em 1999, Laurinda Abreu chamou à atenção para as doações feitas principalmente no século XVII à Misericórdia de Setúbal, a confrarias religiosas e a outras instituições da Igreja, tendo como contrapartida a celebração de missas por alma. Leia-se Abreu, Laurinda, *Memórias da alma e do corpo...*, pp. 108-109.

A primeira doação com impacto no hospital de São Marcos verificou-se muito próximo de meados da centúria e envolveu um casal de benfeitores: Pedro de Aguiar e Maria Vieira, pessoas muito ricas residentes em Braga. Sabemos a data das suas mortes, mas desconhecemos os seus nascimentos<sup>14</sup>. As doações em estudo ocorreram num período em que a Misericórdia de Braga estava já sedimentada na cidade, mas o hospital experimentava sérias dificuldades, por se encontrar num processo de crescimento e a conjuntura local e nacional não ser favorável.

O casamento do casal ocorreu em fevereiro de 1619, numa ermida da cidade. Após o matrimónio, o casal construiu uma moradia de raiz no rossio do Castelo, bem no centro Braga e entre as duas artérias de maior comércio: a rua dos Mercadores, atual rua dos Capelistas, e a rua do Souto. O rossio do Castelo possibilitava acesso a estas duas artérias comerciais. Este local confrontava ainda com a Arcada, lugar de mercadores e onde se encontrava a Alfândega.

Inicialmente, mencionado como sirgueiro, Pedro de Aguiar surge posteriormente citado como mercador de sedas, com loja aberta no piso inferior da sua casa. De uma família ligada aos ofícios, um seu irmão era sineiro, o mercador insere-se numa família do mesmo ramo profissional, pois o seu sogro era também mercador. Na cerimónia de casamento, outros mercadores marcaram presença entre as testemunhas. O matrimónio foi um passo decisivo para este homem. Uniu-se maritalmente a uma mulher da cidade em que vivia, mas este era natural de uma freguesia da vila de Guimarães e filho de um “rentista”. Aparentemente a família da sua mulher parece melhor colocada socialmente do que a sua<sup>15</sup>, facto relevante para a mobilidade social conhecida.

---

<sup>14</sup> Infelizmente, não se preservam os livros de batismo das paróquias em que nasceram para os finais do século XVI e inícios do seguinte.

<sup>15</sup> “Rentistas” ou rendeiros eram o que cobravam rendas. Normalmente, arrematavam as rendas, “contratando previamente o preço com os senhorios [...] e assumiam

A casa em que residia foi construída após o casamento e o montante gasto nela atesta bem a abundância em que o casal vivia<sup>16</sup>. Todos os bens materiais existentes nela são significativos do seu poder aquisitivo e dos luxos de que se rodeava. Ouro e prata nas suas vestes, mas também em vários objetos de serviço, como facas e colheres; baixela com as suas armas; e cadeiras, camas, quadros e tapeçarias atestam a capacidade de se rodear de bens de conforto e luxuosos. Mas as arcas e os armários com os produtos da loja refletem também a abundância existente de panos e outros bens à venda que guardava fechados nas suas várias salas. A presença deste casal na sociedade bracarense seiscentista não se pauta apenas pela atividade pública de mercadores. Pedro de Aguiar dedicou-se também ao empréstimo de dinheiro a juros, colocando muitas pessoas da cidade sob a sua alçada, principalmente mercadores, o que demonstra o seu poder e a sua ascensão social. Esse rendimento ter-lhe-á sido muito útil para aumentar o seu património imóvel. Dedicou-se igualmente à compra de propriedades rústicas e urbanas na cidade e fora dela. Só em Braga era possuidor de várias moradias, onde residiam alguns dos seus familiares e outras pessoas. Tinha propriedades nos arredores da cidade e mais longe demonstrando o investimento feito em terras, atividade considerada segura.

A sua vida pública espelhou-se em vários lugares de poder que foi ocupando ao longo da vida. Em 1626 ingressou na Misericórdia como irmão do segundo foro. Aí se manteve até à morte em 1656, embora em 1655 tenha sido substituído por um outro homem, devido aos seus achaques e à impossibilidade de servir a instituição. Todavia, foi várias vezes mesário e quatro vezes tesoureiro

---

por si os riscos e as vantagens das cobranças directas”. Veja-se Serrão, José Vicente, “O quadro económico. Configurações estruturais e tendências de evolução”, in Mattoso, José (dir.), *História de Portugal*, 4.º vol., Lisboa, Círculo de Leitores, 1993, p. 87.

<sup>16</sup> Na sua construção foram gastos mais de três mil cruzados.

do hospital de São Marcos, o que lhe possibilitou um conhecimento profundo das suas necessidades, principalmente no tempo da Guerra da Restauração. No ano de ingresso na Santa Casa candidatou-se a familiar do Santo Ofício, a quem passou a pertencer no começo do ano seguinte, demonstrando o tempo *record* de tramitação do seu processo<sup>17</sup>. Integrou também algumas confrarias religiosas da cidade, onde ocupou os mais importantes lugares do poder. Circulando entre cargos, este homem associou ao poder que a Misericórdia lhe conferia outros poderes, demonstrando como a promoção social era plural e a capitalização de prestígio não passava somente pela Misericórdia, mas foi alcançada na multiplicidade de instituições e de lugares ocupados nelas. As Santas Casas constituíam um dos círculos de poder local.

Mais tarde, surgiu um outro grande benfeitor do hospital de São Marcos. João de Meira Carrilho escolheu esta instituição para a beneficiar com uma importante doação, em 1682. Natural de Castelo de Vide, chegou a Braga em data desconhecida, tendo fixado residência na rua de São João e mais tarde na do Anjo, onde residiu mais de 40 anos. Cónego da Sé de Braga, este doador pertencia a uma família nobre, mas o percurso no Cabido proporcionou-lhe reforço na sua posição social, muito marcada pelos lugares de poder que ocupou na cidade. Também as tarefas desempenhadas na Misericórdia e em outras confrarias contribuírem para aumentar o seu capital simbólico<sup>18</sup>.

Formado em Direito Canónico, este homem era proveniente de uma família poderosa, com alguns dos seus membros com ligações à Casa Real. Também ele manteve contactos com o rei D. João IV para

---

<sup>17</sup> É sabido que alguns processos levaram vários anos a serem concluídos.

<sup>18</sup> A propósito desta temática veja-se o trabalho de Martín García, Alfredo, “Reforma católica y asociacionismo religioso en la diócesis de León (siglos XVII y XVIII)”, in Martín García, Alfredo; Pérez Álvarez, María José (coords.), *Religiosidad y Reforma Católica en el Noroeste de la península ibérica*, Madrid, Sílex, 2019, pp. 163-191.

mediar a posição do Cabido de Braga relativamente às contribuições obrigatórias para a guerra da Restauração. Em 1644 entrou para o Cabido da Sé de Braga como cônego e aí acedeu a vários lugares de poder<sup>19</sup>. Foi procurador de muitos eclesiásticos, substituiu várias vezes o deão na presidência das reuniões do órgão, foi visitador, mas foi particularmente ativo no setor da tesouraria e contabilidade. Este setor era de grande relevância e envolvia muitas pessoas e capital. Por via dele, o cônego alargou o seu leque de conhecimentos, mas também foi acusado de atos ilícitos. Mas se a sua presença no Cabido foi coroada de cargos e de aumento de poder, foi igualmente de inimizades e conflitos com alguns dos seus colegas, o que demonstra também a conflitualidade existente nestas instituições.

Em simultâneo, pertenceu a outras instituições, nomeadamente à Misericórdia, onde foi provedor em dois mandatos e provedor do hospital de São Marcos. A sua passagem pelo Cabido e a notoriedade aí alcançada ter-lhe-á sido favorável na ascensão social local. Geriu a mais importante confraria da cidade e o seu único hospital<sup>20</sup>. Integrou outras confrarias de Braga e esteve na origem da Ordem Terceira, assim como da instalação dos religiosos de São Filipe de Néri na cidade<sup>21</sup>. Para a instalação desta comunidade de religiosos, o cônego investiu o seu prestígio social e religioso, mas também muito dinheiro, fazendo uma importante doação para a construção do convento. Com um alargado número de confrarias, Braga oferecia

---

<sup>19</sup> Sobre a mobilidade social no clero consulte-se Olival, Fernanda; Monteiro, Nuno Gonçalo, “Mobilidade social nas carreiras eclesiásticas em Portugal 1500-1820”, in *Análise Social*, n.º 65, vol. XXXVII, 2003, pp. 1227-1228.

<sup>20</sup> Na altura existia um hospital para “velhas”, no campo de São Tiago, mas mais do que um hospital era um local de receção de gente idosa, não tendo internamento nem acompanhamento médico.

<sup>21</sup> Consulte-se a propósito Santos, Eugénio dos, *O Oratório no Norte de Portugal. Contribuição para o estudo da história religiosa e social*, Porto, Instituto Nacional de Investigação Científica, 1982.

uma vastidão de oportunidades de pertença, pois todas as suas igrejas e capelas estavam dotadas destas associações<sup>22</sup>.

Todas as confrarias se preocupavam com a morte, concedendo benefícios aos seus membros e disponibilizando mobiliário fúnebre e acompanhamento. Em algumas em que era irmão foi também juiz, como aconteceu na de São Pedro dos Clérigos, de São Tomás de Aquino, na de Nossa Senhora do Rosário e na Santíssima Trindade. A ocupação do lugar cimeiro em todas elas reflete o poder do cônego na Braga do seu tempo.

Em 1660 o Dr. João de Meira Carilho candidatou-se a comissário do Santo Ofício, lugar que veio a alcançar anos mais tarde, após uma primeira candidatura falhada, devido a informações prestadas sobre os seus costumes e modo de vida. Pretendeu ascender a uma instituição muito poderosa e temida do Portugal Moderno<sup>23</sup>, mas só em 1664 o conseguiu. Como já referimos, os seus detratores foram ferozes no ataque feito, inviabilizando o seu objetivo. Mas isso não o demoveu, conseguindo mais tarde alcançar o lugar de comissário, pois os defeitos apontados eram agora relativizados por outras testemunhas e plenamente secundarizados<sup>24</sup>. O seu processo de reconhecimento social passou também pelo

---

<sup>22</sup> Leia-se Freitas, Bernardino Senna de, *Memórias de Braga*, vol. III, Braga, Imprensa Católica, 1890, p. 461; Capela, José Viriato Eiras; Cunha, Ana, *Braga Triunfante (Braga nas Memórias Paroquiais de 1758)*, Braga, Universidade do Minho, 2002, pp. 194-195; Gomes, Paula Alexandra de Carvalho Sobral, *Oficiais e confrades em Braga no tempo de Pombal. (Contributos para o estudo do movimento e organização confraternal bracarense no século XVIII)*, Braga, Universidade do Minho, 2002, dissertação de Mestrado policopiada; Araújo, Maria Marta Lobo de (dir.), *As confrarias de Braga na época barroca*, Vila Nova de Famalicão, Húmus, 2016.

<sup>23</sup> Leia-se a propósito Marocci, Giuseppe; Paiva, José Pedro, *História da Inquisição Portuguesa, 1536-1821*, 2.ª edição, Lisboa, A Esfera do Livro, 2016.

<sup>24</sup> Veja-se para este assunto Araújo, Maria Marta Lobo de, *Enquanto o mundo durar: João de Meira Carrilho e o legado instituído na Misericórdia de Braga (séculos XVII-XVIII)*, Braga, Santa Casa da Misericórdia de Braga, 2017, pp. 69-85.

apadrinhamento de várias crianças da cidade, apontando para um vasto leque de conhecimentos<sup>25</sup>.

A sua casa da rua do Anjo era servida por criados e por ela passaram alguns dos seus sobrinhos, a quem o tio ia abrindo portas do poder na cidade. Acolhia também elementos que o serviam<sup>26</sup>.

Neste percurso de reforço de poder e reconhecimento social, o cónego tornou-se um homem muito poderoso e temido na sociedade bracarense de seiscentos. Reunia qualidades pessoais e competências que lhe permitiram o desempenho de vários lugares do mando. Os cargos que ocupou em várias instituições capitalizaram muito prestígio e potenciaram o reforço do seu ascendente social. A riqueza acumulada possibilitou-lhe ainda viver com luxo e conforto e usar parte dela para a caridade, fazendo doações ao hospital de São Marcos.

João Meira Carrilho tem um percurso distinto, desde logo pela sua condição de clérigo, mas semelhante em vários traços com o casal referido.

## As doações ao hospital de São Marcos

As doações efetuadas ao hospital de São Marcos por estes benfeitores fizeram-se em final de vida. Sem filhos vivos, as do casal Pedro de Aguiar e Maria Vieira começaram em 1643 e prolongaram-se ao longo de cinco anos. Ele faleceu em 1656 e

---

<sup>25</sup> Rey Castelao, Ofelia, “De la casa a la pila: hábitos y costumbres de bautismo y padrinazgo: hábitos y costumbres de bautismo y padrinazgo en Santiago de Compostela, siglos XVII-XVIII”, in Saavedra Alías, Inmaculada Arias de; Guadalupe Muñoz, Miguel Luis López (coords.), *Vida cotidiana en la Monarquía Hispánica: Tiempos y espacios*, 2015, pp. 195-214.

<sup>26</sup> Consulte-se Araújo, Maria Marta Lobo de, *Enquanto o mundo durar: João de Meira Carrilho e o legado instituído na Misericórdia de Braga (séculos XVII-XVIII)*..., pp. 37-68.

ela em 1660. Já o cónego João de Meira Carrilho realizou a sua doação em 1682 e faleceu em 1688. Seriam pessoas idosas, embora desconheçamos a idade do casal, pelas razões anteriormente aduzidas. As escrituras das doações do casal foram realizadas na casa do tabelião, onde se deslocou Pedro de Aguiar. Maria Vieira recebia em sua casa o notário e as testemunhas, nunca se deslocando à referida moradia, validando a escritura lavrada com a sua palavra, uma vez que não sabia escrever. O documento era assinado arrego, por uma das testemunhas.

Estes atos eram justificados pelos benfeitores. Pedro de Aguiar e Maria Vieira consideravam ser altura de repartir com os pobres o que consideravam ser a sua recompensa. Invocavam as muitas mercês recebidas de Deus nas suas vidas para agora as colocar ao serviço dos que mais precisavam. Ou seja, sentiam o dever de dividir o que tinham recebido, escolhendo fazer bem a uma instituição de assistência e, desta forma, aos doentes. Já João de Meira Carrilho assume-se no momento como um homem pecador, solicitando a Jesus Cristo o perdão dos “infinitos pecados, graves e escandalosos”, por o ter ofendido. Pedia perdão por “erros, delitos, negligências e pecados” e desejava que a sua ação constituísse um bom exemplo para todos. Preocupado com a salvação da sua alma, o cónego, à semelhança, de outros sacerdotes<sup>27</sup>, assumiu as suas faltas e procurou com esta doação colocar a sua alma num patamar mais seguro para alcançar a salvação. As reiteradas afirmações sobre as suas faltas e a esperança na salvação comprovam a convicção tida nesta forma de atuação. O arrependimento e as boas ações acalentavam a esperança da salvação<sup>28</sup>.

---

<sup>27</sup> Araújo, Maria Marta Lobo de, *Rituais de caridade na Misericórdia de Ponte de Lima (séculos XVII-XIX)*, Braga, Santa Casa da Misericórdia de Ponde de Lima, 2003, pp. 82-83.

<sup>28</sup> Eire, Carlos M. N., *From Madrid to Purgatory. The Art & Craft to Dying in Sixteenth Century Spain*, Cambridge, University of Cambridge, 1995, pp. 88-94.

Nos últimos anos de vida, o casal Pedro de Aguiar e Maria Vieira decidiu fazer bem aos pobres e às suas próprias almas, pois acreditavam na recompensa da caridade. Começaram por fazer a primeira doação e de forma cautelosa foram efetuando outras. Decidiram ir dando à medida que sentiam mais confiança na instituição beneficiada e assistiam à concretização das suas vontades. Ao mesmo tempo, instituíram legados mas foi sobretudo no final de vida que estes alcançaram maior significado. O casal decidiu em 1643 fazer a sua primeira doação à Santa Casa, numa escritura lavrada na Misericórdia, estando presente o provedor da referida confraria, o provedor do hospital de São Marcos, dois servos da Misericórdia e o próprio Pedro de Aguiar.

O benfeitor declarou efetuar a doação por reconhecer conjuntamente com sua esposa os benefícios que Deus lhes tinha feito, bem como conhecer a difícil situação em que se encontrava o hospital, considerando terem obrigação de repartir com os que mais precisavam<sup>29</sup>. Como anteriormente afirmámos, o casal encontrava neste ato a forma de retornar a Deus o que este lhe tinha dado, servindo-se da caridade e dos pobres para o fazer.

Com a pressão exercida pelos doentes sobre o hospital e sem capacidade para os receber todos os que o procuravam, o corrente foi diminuir o tempo de internamento, o que se repercutia no regresso ao hospital dos que não estavam totalmente curados. Porém, as que podiam foram ao longo do século XVII criando espaços destinados a permanência dos enfermos por mais uns dias, como convalescentes. Algumas Misericórdias, como não dispunham destas enfermarias, autorizavam a saída dos doentes, mas estes eram visitados em suas casas por mesários com essa função, deixando-lhes uma esmola

---

<sup>29</sup> Arquivo Distrital de Braga (doravante ADB), Fundo notarial, *Livro, n.º 299*, fls. 52v.-53.

em cada visita até ao seu restabelecimento<sup>30</sup>. Estes equipamentos só foram montados nos hospitais de maior dimensão. Quer a sobre-lotação hospitalar, quer as recaídas foram recorrentes nos hospitais, precisando, por conseguinte, de soluções.

Os benfeitores do hospital de São Marcos serviram-se de dinheiro que tinham emprestado a mercadores, num total de mil cruzados para dar ao hospital. O dinheiro trespassava para a Misericórdia, mantendo-se a juros nos referidos mercadores, ou seja, só mudava de dono e permanecia a render. A doação destinava-se a construir “uma casa” para a convalescença dos doentes no hospital; ou seja, um setor com duas enfermarias, sendo o remanescente empregue na compra de roupa de linho, mantas e cobertores. Ordenava-se também a construção de um altar com a colocação das imagens de São Cosme, São Damião e São João de Deus onde deveriam ser celebradas uma missa mensalmente, possibilitando aos convalescentes a assistência a esta celebração. Esta ala hospitalar incluía ainda uma despensa. O hospital desempenhava na época uma dupla função: curar o corpo e salvar a alma. A disponibilização de serviços religiosos aos doentes é demonstrativa do investimento que a Igreja fazia, tornando o hospital num lugar de conversão e de prática religiosa intensa. A celebração de missas, bem como outros serviços religiosos oferecidos aos doentes internados permitia que estes cumprissem as suas obrigações religiosas e não as descurassem mesmo quando internados. Em tempo de disciplinamento e confesionalização<sup>31</sup>, o hospital foi também colocado ao serviço da Igreja, ocupando a assistência espiritual parte integrante da cura.

---

<sup>30</sup> Anica, Arnaldo Casimiro, *O hospital do Espírito Santo e a Santa Casa da Misericórdia da cidade de Tavira. Da fundação à atualidade: notas*, Tavira, s.n., 1983, p. 31.

<sup>31</sup> Confira-se para este assunto Arcuri, Andrea, *Disciplinamiento social y vida cotidiana en la época de la confesionalización: costumbres, sacramentos y ministerios en Granada y Sicilia (1564-1655)*, Granada, Universidade de Granada, 2020, tese de Doutoramento policopiada.

Dois mil réis do montante doado destinavam-se ao enfermeiro que trabalhasse nas enfermarias de convalescença para comprar roupa e calçado, devendo usar esta indumentária no dia de Todos os Santos, sendo a roupeta e os calções de saragoça. O dinheiro serviria ainda para a aquisição de sapatos. De igual modo, a sua mulher receberia 200 réis para adquirir calçado e outro tanto para a sua criada. Tratava-se de um prémio, como era designado, para os que serviam os pobres com mais zelo.

As duas enfermarias constituíam um setor com alguma autonomia dentro do hospital, embora o integrassem em pleno. O facto de disporem de receitas próprias para suportar as despesas com os doentes, com os enfermeiros e ainda com uma criada atesta o que acabámos de referir. Os doadores demonstravam, assim, não fazer depender as citadas enfermarias dos rendimentos do hospital, que sabiam ser insuficientes para cobrir todos os seus gastos.

Do remanescente dos 1.000 cruzados, o provedor do hospital deveria ainda curar e sustentar os convalescentes entre cinco e sete dias, gastando dois vinténs com cada um. O calendário de tratamento era provavelmente estabelecidos, de acordo com a experiência de Pedro de Aguiar na Misericórdia. Quem se restabelesse nas suas moradias recebia um arrátel<sup>32</sup> de carneiro e dois pães e os que não ingerissem esta carne recebiam o equivalente aos dois vinténs.

Depois de lavrada, a escritura foi lida a Maria Vieira na sua casa, recebendo a sua total concordância. Mas a doadora esclareceu um pormenor que fazia grande diferença e que, talvez por lapso, não estava contido na escritura da doação: nas enfermarias da convalescença não se aceitavam doentes do gálico, devido ao enorme contágio desta enfermidade. Apesar disso, estes não ficariam sem apoio, pois receberiam igual montante para fora do hospital poderem continuar o seu restabelecimento. O problema residia em não poderem usar

---

<sup>32</sup> Antiga unidade de medida de peso equivalente a 459 gramas.

as enfermarias dos restantes doentes. Estas, como é mencionado nas fontes, reservavam-se somente aos doentes das febres. Não se fala das das feridas, mas acreditamos que se destinassem às duas tipologias.

A sífilis era uma doença de forte incidência e o hospital de São Marcos conhecia uma grande afluência de doentes, por ser o único na diocese que oferecia tratamentos que lhes eram especialmente destinados. Muitos saíam, mas vários regressavam no ano seguinte, também porque a doença não tinha cura<sup>33</sup>.

A segunda doação à Misericórdia ocorreu em 1645, quando os doadores lhe decidiram trespassar mais 600 mil réis à razão de juro, que estava na mão de um solicitante de Braga, estabelecendo como condição a entrega anual pela Misericórdia de 40 mil réis ao casal enquanto fossem vivos. Após a sua morte, o referido montante seria para aplicar na distribuição de dotes de casamento ou de freira, de uma órfã de pai ou de mãe, descendente de um dos membros do casal. Esta distribuição ocorreria de forma rotativa entre os dois ramos familiares dos doadores. O casal estava a acautelar a sua sobrevivência num período em que a idade já devia contar e as forças começavam a diminuir. Pesava a idade e cresciam as preocupações terrenas e salvíficas. A par desta doação, deu mais 100 mil réis à confraria para esta mandar celebrar cinco missas anuais, uma no dia da Visitação (dois de julho) e as restantes noutros dias festivos, ficando o remanescente para a aquisição de equipamentos para a igreja da Santa Casa<sup>34</sup>. Estas celebrações começavam de imediato, o que significava que ocorriam ainda em vida dos benfeitores.

---

<sup>33</sup> Araújo, Maria Marta Lobo de, “O tratamento das boubas no hospital de S. Marcos de Braga na Época Moderna”, in Pérez Álvarez, María José; Araújo, Maria Marta Lobo de (coords.), *La respuesta social a la pobreza en la Península Ibérica durante la Edad Moderna*, León, Universidad de León, Espanha, 2014, pp. 31-53.

<sup>34</sup> ADB, Fundo da Misericórdia, 6.º tomo de títulos do hospital de São Marcos, n.º 499, fl. 70.

Passados três anos, os benfeitores efetuaram nova doação à Misericórdia, enviando Pedro de Aguiar, para o efeito, duas cartas à Santa Casa. Numa das missivas, a construção da casa para convalescentes encontra-se mais esclarecida, dando-se a conhecer não somente as enfermarias, como a despensa e o referido retábulo que desejavam construir. Em 1648 estavam já prontas as enfermarias: uma para homens e outra para mulheres, contendo cada uma os seus repartimentos e catres com enxergões, colchões e lençóis<sup>35</sup>. Os catres eram móveis que serviam para repouso e eram muito populares neste período. Esclarecia-se também que se daria aos doentes das boubas para convalescerem em casa uma ração de carneiro, pão e meio quartilho de vinho ao jantar e outro à ceia. A novidade consiste no esclarecimento feito relativamente à bebida. Estudos mais recentes têm demonstrado as bebidas disponibilizadas aos internados e mencionado que o vinho integrava as suas refeições<sup>36</sup>.

O altar e o retábulo também já se encontravam concluídos. O retábulo era dourado e nele estava colocada uma imagem de São João de Deus, colocada sobre uma peanha, debaixo da qual se localizava o escudo de armas dos doadores<sup>37</sup>. Nas ilhargas do dito altar estavam pintados São Cosme e São Damião, santos ligados à Medicina, por terem sido médicos. Sentindo a falta de paramentos e algumas alfaias litúrgicas no altar, os benfeitores desejavam apetrechá-lo para que mais comodamente pudesse funcionar.

Pedro de Aguiar e Maria Vieira eram detentores de um brasão de armas. Para além da ostentação deste símbolo, a sua benfeitoria foi gravada numa pedra colocada sobre a porta da despensa, deixando

---

<sup>35</sup> Cada catre estaria dotado de dois lençãos, uma manta, um cobertor e um cabeçal com fronha, ou seja, roupa suficiente para os doentes estarem com comodidade.

<sup>36</sup> A propósito do vinho servido nos hospitais aos enfermos leia-se Lopes, Maria Antónia, *Pobreza, Assistência e Controlo Social. Coimbra 1750-1850*, vol. 1, Viseu, Palimage Editores, 2000, p. 658.

<sup>37</sup> Esclarecia-se que este era de pequenas dimensões.

para sempre o seu nome associado à fundação das enfermarias para os convalescentes do hospital de São Marcos<sup>38</sup>. A avaliar pela lápide existente e que ainda hoje se preserva no complexo hospitalar, atualmente transformado num empreendimento hoteleiro, a despesa era de dimensões consideráveis. Este compartimento recolheria os bens dos doentes, roupas e outros objetos necessários ao funcionamento das enfermarias. Posteriormente, a lápide foi removida devido às obras realizadas em 1764. Esta menção foi nela acrescentada, justificando assim a mudança. Com esta doação, o hospital de São Marcos acompanhava o verificado em hospitais de maiores dimensões, que montavam também enfermarias para convalescentes.

Em 1682 o hospital conheceu nova doação, não diretamente ligada à cura do corpo, mas à da alma. O benfeitor foi João de Meira Carrilho e a doação consistiu na construção da capela do Espírito Santo da igreja do hospital de São Marcos, na altura intitulada igreja do Espírito Santo. O doador ordenou ainda a remodelação do frontispício da igreja, o douramento do retábulo do seu altar-mor, o pagamento de vários bens e alfaias, assim como a colocação de vidros e de grades no coro do referido templo<sup>39</sup>. Mas o alcance da doação era maior, porquanto instituiu a existência de cinco capelães a rezar e cantar no coro da igreja, que celebrassem nos altares do hospital para os enfermos e os ajudassem a bem morrer<sup>40</sup>.

Para as obras da igreja doou 800 mil réis, dinheiro proveniente da Alfândega do Porto e do Almojarifado de Lamego, mas exigia que o tesoureiro do hospital os entregasse a juro a pessoas consideradas

---

<sup>38</sup> ADB, Fundo notarial, *Livro n.º 320*, fls. 130-130v.

<sup>39</sup> Sá, Isabel dos Guimarães, “Entre leigos e eclesiásticos: os doadores e patrocinadores no desenvolvimento de práticas de caridade nas Misericórdias (séculos XVI e XVII)”, in Franco, José Eduardo; Costa, João Oliveira e (orgs.), *Diocese do Funchal. A primeira diocese global. História, Cultura e Espiritualidade*, Funchal, s.e., 2015, pp. 447-455.

<sup>40</sup> O número de capelães ascendia a seis se tivermos em conta o capelão do hospital já existente.

de crédito<sup>41</sup>. Na altura, o doador estabeleceu também um regulamento para a capela que instituiu demonstrando conhecer bem todos os que agiam no espaço e o que isso significava: capelães, horas de trabalho, tarefas a cumprir, pagamentos, nomeações, etc. Na hora da morte, o doador atribuiu novas benfeitorias à igreja do hospital, apetrechando-a com alfaias litúrgicas, paramentos, e outros bens necessários. Minucioso e atento a pormenores, o cónego recheou a igreja do hospital, não somente com a doação efetuada em 1682, mas também com legados quando a morte se aproximava.

Ordenou também a colocação de uma lápide de bronze em local que cuidadosamente escolheu. Com ela publicitava os seus feitos e, segundo ele, incentivaria outros a praticarem obras semelhantes.

Aquando da sua morte beneficiou o hospital com roupa de cama e vários pratos de estanho, melhorando as condições dos enfermos internados.

Pessoas ricas e muito poderosas da Braga de seiscentos, os doadores em estudo escolheram no final de vida o complexo do hospital de São Marcos para fazer caridade, construindo no corpo do hospital enfermarias para convalescença e um altar para os que estavam a terminar o tratamento e na igreja uma capela destinada ao Espírito Santo para melhorar as funções religiosas. Esses novos equipamentos trouxeram melhorias significativas ao complexo hospitalar, alterando as funções oferecidas pela instituição. Na sua sepultura, a Santa Casa colocou o epitáfio que o doador desejou, subinhandando uma vez o seu nome na instituição.

O valor das doações feitas ao hospital foi seguramente grande e de enorme préstimo, todavia, nem sempre é fácil perceber o seu alcance. Se para o casal em estudo o assunto é mais claro, pois Pedro de Aguiar deixou tudo à sua esposa e esta à Misericórdia, no caso do

---

<sup>41</sup> ADB, Fundo da Misericórdia, *Livro do 2.º tomo de títulos do Hospital*, n.º 453, fl. 321.

Dr. João de Meira Carrilho a dificuldade é maior. Para além da doação e de outros legados que instituiu na Santa Casa, o cónego distribuiu a sua herança por familiares, não se conhecendo o seu valor exato nem a possibilidade de estabelecer a percentagem deixada à referida instituição. Sabe-se, contudo, que privilegiou outras, da cidade e de fora dela, e que os sobrinhos foram os seus principais herdeiros.

### **Notas finais**

O nosso trabalho deu visibilidade às doações ao complexo do hospital de São Marcos no século XVII, possibilitando demonstrar as melhorias introduzidas no hospital e na sua igreja através desta estratégia de divisão de bens. Menos conhecidas, as doações às Misericórdias constituem um campo de análise em aberto que necessitam de ser analisadas para uma melhor compreensão das benfeitorias recebidas por estas confrarias. Nesta análise, foi ainda possível estudar o perfil social dos doadores, deixando entrever pessoas ricas, influentes em termos locais, membros destas instituições, conhecedoras das suas limitações e necessidades, sem descendentes diretos vivos e preocupadas com a salvação da sua alma. Escolheram esta forma de ajudar para distribuir com os pobres o que tinham recebido, mas também para se redimir dos pecados cometidos, como afirmou o Dr. João de Meira Carrilho. Quer o cónego, quer Pedro de Aguiar pertenciam ainda à Inquisição, ocupando lugares distintos. Embora existam diferenças assinaláveis nos seus percursos de vida, verificam-se também semelhanças. Ambos integraram primeiro a Misericórdia e só mais tarde se candidataram ao Santo Ofício, apesar de cada um o ter feito em períodos distintos da vida e pertenceram a outras instituições da Igreja Católica onde ocuparam os seus principais cargos. Falamos de confrarias da cidade, dos círculos religiosos e de sociabilidade que integraram.

Com visões distintas do hospital e das suas necessidades decorrentes dos cargos nele ocupados, mas também da formação de cada um, os doadores em estudo direcionaram as suas benfeitorias para setores diversos. Não admira que o investimento do cônego tenha sido feito no interior do templo, dotando-o de melhor equipamento para o funcionamento das cerimónias religiosas. O casal preferiu ajudar o hospital em termos materiais, sem, no entanto, esquecer o espiritual. A construção de uma ala do hospital com duas enfermarias para convalescentes, um altar, mas também uma despensa não somente acompanha o que se fazia em hospitais de maior e igual dimensão, como acode a um setor de relevo na instituição. Sob forte pressão, o hospital era obrigado a “dar alta” aos enfermos ainda não totalmente curados para libertar camas, o que se repercutia em reinternamentos, com frequência. Tratá-los mais alguns dias era o caminho, mas faltavam as estruturas. Por isso, estas doações vieram no tempo oportuno e foram muito bem recebidas quer pelo hospital, quer pela Misericórdia.

As doações não foram as únicas instituições destes doadores na Misericórdia de Braga. Depois delas, o casal e o cônego instituíram legados. Pedro de Aguiar e Maria Vieira fizeram-no em simultâneo com a segunda doação e depois nos seus testamentos e João de Meira Carrilho redigiu as suas últimas vontades. Esta forma de atuação prova que os doadores se preocuparam em vida com aspetos que diziam respeito ao quotidiano da instituição, contribuindo para uma substantiva melhoria, e na proximidade da morte com outros assuntos diversos. Demonstra ainda que a salvação da alma era matéria que preocupava os homens ao longo da sua vida e não apenas nos seus últimos momentos.

